



Jornalismo e Inconsciente Político¹

Dinarte VARELA²

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O texto procura mostrar a existência do inconsciente político no trabalho do jornalista. Argumento que, necessariamente, passa pela contradição das relações de poder como uma realidade reprimida e oculta que acaba por reverberar como subtexto imanente a própria produção textual das reportagens. Cujas perspectivas metodológicas apontadas por Fredric Jameson, nos indica que os textos podem e devem ser lidos como resoluções simbólicas de verdadeiras contradições políticas e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: inconsciente político; jornalismo; narrativa; trabalho

1. Sobre o método: o inconsciente político

A interpretação política das narrativas, articulada por Fredric Jameson como ato socialmente simbólico, constitui o modelo teórico para uma nova hermenêutica: o inconsciente político. Na argumentação de Jameson, o inconsciente político não é uma teoria de apoio aos métodos já existentes, mas apresenta-se como aquele “horizonte absoluto de toda leitura e de toda interpretação,”³ argumento que Jameson justifica ao afirmar: “nada existe que não seja social e histórico – na verdade, de que tudo é, “em última análise,” político.”⁴ Jameson indica a estratégia interpretativa do *inconsciente político* e recomenda o processo metodológico e sua forma de apropriação do objeto:

nunca realmente abordamos um texto de imediato, em todo seu frescor como coisa em-si mesma. Em vez disso, os textos se nos apresentam como o “sempre-já-lido”; nós os apreendemos por meio de camadas sedimentadas de interpretação prévias, ou – se o texto é absolutamente novo – por meio de hábitos de leitura sedimentado e categorias desenvolvidas pelas tradições interpretativas de que somos herdeiros.⁵

A narrativa ocupa o ponto principal na teoria do *inconsciente político*, pois é em torno dela que Jameson reestrutura a problemática da ideologia, do inconsciente, do desejo, da representação, da história e da produção cultural, por considerar a narrativa responsável pela principal atividade ou instância central da mente



humana⁶. O resultado é o estabelecimento da linguagem como ato essencialmente simbólico, ideologicamente explicitando a relação dos textos com a produção material da realidade e com os valores ideológicos que lhe conferem representação na vida dos indivíduos e sua relação imaginária com o real. Mesmo que a noção de real se insurja contra a representação, é pela simbolização da linguagem que a história é representada. A resolução para esta problemática, na proposição teórica de Jameson, está na reformulação crítica do conceito de causalidade expressiva, atribuída a Louis Althusser, segundo o qual a História como causa ausente é um processo sem sujeito e sem *telos*:

A devastadora negatividade da fórmula althusseriana é enganosa à medida que pode prontamente ser assimilada aos temas polêmicos de uma legião de pós-estruturalismos e pós-marxismos contemporâneos, para os quais a História, aqui tomada no mau sentido – a referência a um “contexto” ou a um “campo”, um certo mundo real externo, a referência, em outras palavras, ao próprio tão criticado “referente” –, é simplesmente mais um texto entre outros, algo encontrado nos manuais de história e na apresentação das seqüências históricas tão amiúde chamadas de “história linear”. O que a própria insistência de Althusser na História como causa ausente deixa claro, mas que está ausente da fórmula canônica, é que ele nem de longe chega à conclusão tão em voga de que, se a História é um texto, o referente não existe. Portanto, propomos a seguinte formulação revisada: que a História não é um texto, ou uma narrativa, mestra ou não, mas que como causa ausente, é-nos acessível apenas sob a forma textual, e que nossa abordagem dela e do próprio Real passa necessariamente por sua textualização prévia, sua narrativização no inconsciente político⁷.

É na mente do sujeito que o real, como instância da representação imaginária ou simbólica, é estruturado como linguagem homóloga ao próprio inconsciente que está sempre pronto para processar as mensagens desejadas ou permitidas pelo significante toma a forma textual da narrativa. É sob esta perspectiva, que o texto jornalístico como exercício reflexivo acerca da prática profissional que o inconsciente político encontra seu ponto de fuga e manifesta-se a superfície do próprio texto, trazendo a realidade reprimida e oculta do mundo do trabalho, no qual, ele, o repórter é a porta de entrada para a montagem da mercadoria chamada notícia.

A apreensão deste inconsciente político, manifesto à realidade cotidiana do trabalho jornalístico, requer da atividade interpretativa, a organização da narrativa o sentido de reajuste ou desempenho da consciência, processo pelo qual a linguagem tem a função de mediar os confrontos políticos que visam superar a contradição que os discursos ideológicos apresentam. Para executar esta tarefa, Jameson apresenta três horizontes metodológicos convergentes que organizam o *inconsciente político*:



três molduras concêntricas, que marcam uma ampliação do sentido do campo social de um texto por meio das noções, em primeiro lugar, de história política, no sentido estrito do evento pontual e de uma seqüência semelhante a uma crônica dos acontecimentos ao longo do tempo, e, em seguida, da sociedade, no sentido agora já menos diacrônico e sujeito ao tempo de uma tensão e de uma luta constitutivas entre as classes sociais, e, por fim, da História agora concebida em seu mais amplo sentido de seqüência de modos de produção e da sucessão e destino das várias formações sociais humanas, da vida pré-histórica a qualquer tipo de História futura que nos aguarde.⁸

O sentido fundamental de um texto, no argumento acima, observa Anderson (1999, 145), possui uma hierarquia “que vai do fundamental ao superficial: econômico → social → político.”⁹ Jameson caracteriza este último horizonte semântico ou interpretativo no qual

a história é reduzida a uma série de eventos pontuais e de crises ao longo do tempo, à agitação diacrônica do ano-a-ano, os anais semelhantes a crônicas da ascensão e queda dos regimes políticos e dos modismos sociais, e a apaixonada imediatez das lutas entre os indivíduos históricos –, que o “texto”, ou objeto de estudo, tenderá a coincidir com a obra literária individual ou o artefato cultural.¹⁰

É neste horizonte – estritamente político – que o jornalismo poder ser concebido como narrativa da história factual da sociedade, relato que registra o cotidiano civilizatório, as paixões políticas, a defesa dos agentes políticos, os modismos e a revolução dos costumes. É a sociedade através dos segmentos sociais ou de classe, falando sobre si mesma. É neste falar em meio aos conflitos reais da sociedade, que podemos encontrar a narrativa acerca do trabalho do jornalista e a relação que ele mantém com os conflitos que perduram ao longo do tempo, como suas relações de poder, as alternâncias políticas na condução burocrática do Estado, a administração da cultura e as formas de manipulação da realidade, cujo processo de narrativização do real passa, necessariamente, pela retextualização no inconsciente político. Processo pelo qual o texto jornalístico pode ser considerado em “um ato ideológico em si próprio”¹¹ com a função de inventar resoluções formais e simbólicas, enquanto o real permanece intocável. A narrativa jornalística é concebida como ato socialmente simbólico, o real se realizando na esfera do imaginário. Neste caso, as resoluções imaginárias visam às justificativas dos jornalistas ao alinhamento ideológico, a alienação do trabalho à lógica da sociedade de mercado, o fetiche pela busca incessante do que estar para ser desvelado pelo ocultamento ideológico do real ou o desvelamento



da verdade. Neste último caso, a verdade possui o caráter relacional ou dialógico, podendo assumir a contradição fundamental de todo texto jornalístico.

O conceito de contradição pode ser dado sob a forma da *aporía* ou de *antinomia*. Sendo esta última a que estabelece a categoria fundamental de contradição. Visando organizar a contradição, Jameson recomenda o esquema semiótico de Greimas na combinação das oposições binárias, que possuem entre si relações hierárquicas *entre contrários, contraditórios e de implicação*.¹² O uso desse esquema possibilita a organização do uso ideológico das oposições binárias ou antinomias. Esta articulação permite que uma consciência em seu limite ideológico possa ser descrita e sua atuação rastreada, marcando “os pontos conceituais além dos quais essa consciência não pode ir, e entre os quais está condenada a oscilar¹³.” Essa operação de mapeamento é denominada de fechamento ideológico, e direciona-se:

fortemente para o lado avesso ou impensé ou nondit, em suma, para o próprio inconsciente político do texto, de modo que os seus semas dispersos deste – quando reconstruídos segundo este modelo de fechamento ideológico – nos direcionam insistentemente ao poder informativo das forças ou contradições que o texto busca, em vão, controlar ou dominar (ou manipular...), totalmente.¹⁴

Neste sentido, nosso trabalho estabelece, prioritariamente, a fronteira do inconsciente político com os seus horizontes metodológicos, na defesa de sua existência na prática do jornalismo. Atitude fundamental para o desenvolvimento da pesquisa em execução.

2. Jornalismo e inconsciente político

A interpretação que nos é dada pela narrativa dos textos jornalísticos é uma operação de releitura da realidade, que passa necessariamente por uma retextualização do inconsciente político que tem como finalidade agrupar o que existe de ideológico nas práticas cotidianas. Uma vez interpretado, o texto jornalístico pode denunciar as formas de opressão de um sistema político-cultural dominante. Produzindo, assim, explicações e conhecimento acerca da realidade social no seu contexto histórico-cultural, prática que confere visibilidade interpretativa do inconsciente político, pois somente “quando trazemos para a superfície do texto a realidade reprimida e oculta dessa história fundamental, que a doutrina de um inconsciente político encontra sua função e sua necessidade.”¹⁵ Em se tratando do



mundo dos jornalistas, uma das possibilidades que pode resultar em uma doutrina do inconsciente político é a próprio universo do trabalho social que vez por outra aparece como uma realidade reprimida e oculta que se desvela, mas como um segredo que deveria permanecer nas sombras como um espectro ronda as consciências e nos confidencia:

A política partidária da Paraíba é um espetáculo grotesco. Com honrosas exceções, os protagonistas são artífices do iluminismo dedicados a enganar o povo enquanto surfam na onda dos escândalos. Nós jornalistas, que sabemos como a coisa funciona, damos a eles tudo que precisam para enganar a ‘Deus’ e ao mundo: holofotes, microfone e câmeras. E não passamos nada a limpo.¹⁶

Os jornalistas não desconhecem a realidade, por isso continuam a fazer o que sabem como se a realidade que reproduzem fosse resultado de sua liberdade de pensamento, mas o que desconhecem é a ilusão ideológica que estrutura a realidade de sua atividade social, a fantasia ideológica da liberdade que não possuem:

Quando eu estava no curso pensava que iria escrever sobre coisas fantásticas, escondidas, eu pensava que nós tínhamos liberdade total para escrever o que o que quisesse. Rememora. Encontrou, no entanto, uma espécie de linha de montagem em que o repórter é peça de entrada da notícia, escrevendo o que a pauta determina, sem tempo para nada.¹⁷

O trabalho do jornalista é a aparência que assumiu a forma de valor de mercadoria, cuja essência não se revela ao pensamento concreto do trabalhador, já que ele é o indivíduo que executa a tarefa de colher no olho do furacão das relações sociais o produto chamado notícia. A redação é uma oficina sombria das relações de produção, instância onde uma parcela do conhecimento acerca da realidade social é produzida à custa da mortificação da consciência dos trabalhadores da notícia. O contato com o mundo do trabalho desfaz a prévia ideação de que o exercício profissional não estivesse submetido a nenhuma forma de objetividade, a não ser a transformação social. Entretanto, a pauta jornalística oculta finalidades fantasmagóricas da divisão social do trabalho que aparece como elemento de alienação do trabalho e coisificação da consciência, dada pela relação com mundo da mercadoria e movimento do mercado político que edifica o mundo dos homens:

Existe, a pressão política, existe a pressão econômica, governamental. Mas na verdade, o que existe mesmo é a pressão do dono do jornal... Quem quiser total liberdade, ganhe na loteria e monte seu próprio jornal. Editor não edita jornal.



Editor executa a linha editorial do jornal... Eu entendo que o repórter, o redator não é dono do texto. Isso é uma questão econômica, de ordem capitalista. Prática. Você produz textos, notícias. O texto é um bem de consumo, que vai se transformar num bem de capital quando é vendido, vai gerar dinheiro. Então é mercadoria... Então a partir do momento que você não é dono dos meios de produção, não possui a propriedade do capital, você passa a vender sua força de trabalho... Você vai produzir mais-valia. Então, algum repórter vir me dizer que depois que escreveu, o texto lhe pertence, é a maior balela que eu posso escutar na face da terra em termos jornalísticos. O texto não pertence ao redator, ao repórter. Ele produziu uma mercadoria. Depois que você termina se não sair assinado, a empresa tem todo direito de alterar, manipular e usar. Não que eu pessoalmente concorde mas isso é o que ocorre na prática. Eu acho que a empresa faz o que quiser com o texto. A partir do momento, que você termina a matéria, entrega ao editor, aquilo ali passa a ser propriedade da empresa. Você já não tem mais nenhum juízo de valor emitido sobre aquilo.¹⁸

Essa revelação acerca do trabalho do jornalista, feita pelo editor do jornal *Correio da Paraíba*, à época de seu depoimento, realça o texto jornalístico como produto do trabalho torna-se mercadoria ou coisas sociais, desencantando didaticamente a realidade das relações sociais estabelecida pela realidade da sociedade capitalista. A realidade do trabalho e sua relação como processo social vêm sendo registrados pelos próprios jornalistas na manifestação contemplativa da própria consciência como um fardo que os acompanham na equiparação do trabalho jornalístico à linha de montagem, e denuncia de sua dependência e atrelamento ideológico como crítica ao trabalho alienado, que os submetem a incontornável submissão à exploração e espoliação da força de trabalho e conseqüentemente, a reificação do exercício profissional que fala o inconsciente político *que sabe como a coisa funciona*, mas o que o jornalista, esse ser genérico, não quer tomar conhecimento, é sabendo o que sabe por que continua a fazê-lo? O que lhe escapa do inconsciente político como fantasia ideológica é a execução da prática do saber jornalístico a serviço dos grupos de poder que carecem do profissional de imprensa para defender seus interesses. Como informa o título da matéria com o ex-Coordenador de Comunicação Social do Estado da Paraíba: “Giovanni dita mandamentos da notícia. Ele ensina a secretário a dar entrevista sem se arrepende no dia seguinte”¹⁹, relação que não deve ser vista apenas como um elemento ideológico de mão única, ela é relacional, assim



como a verdade que os grupos de poder divulgam²⁰, reflete a estruturação do jornalismo e seu modo de produção:

A redação, como a sala de aula, o consultório médico e o galpão fabril, é uma célula de resistência política. Ou submissão. Se o jornalista atua 16 horas por dia em um determinado espaço submetendo-se à hierarquia e a presa que a função exige sem consciência de que aquilo que produz- a notícia – pode ser escamoteada, deformada e até nem publicada ele está alienado e cúmplice do distanciamento da realidade que comete algumas editorias dos nossos jornais.²¹

A redação como resistência política a quem? Aos interesses políticos do patrão? Às consciências livres? A crítica funcional da sociedade? Mas é lá, na redação, que o ordenamento da realidade é construído a título da verdadeira interpretação do mundo. Os discursos jornalísticos regulam, normalizam, instauram saberes, produzem “verdades” que não transformam a realidade, pelo contrário, cada edição de jornal é um canto em louvor a sociedade capitalista e ao espírito reificado. A justificativa para se continuar fazendo o que se sabe ”com perfeito domínio das técnicas de comunicação e dos “macetes” adotados pelos jornalistas tanto para ocultar, fragmentar ou inverter os fatos “²², é o que lhe escapa do inconsciente político como fantasia ideológica da busca utópica pela liberdade de pensamento em meio à denúncia de manipulação que o *Outro* da relação de poder estabelece:

Repórter. A função é um espelho porque expressa a própria cara do jornalismo. É um prisma porque decompõe o jornalismo em múltiplas dimensões sempre a partir do material colhido pelo profissional. É uma sonda por extrair da conturbação cotidiana da sociedade a essência do jornalismo. O repórter Jâmarri Nogueira tem uma frase definitiva sobre a atividade do repórter: “todo dia há um dragão para o repórter matar. Todo dia há um dragão querendo matar o repórter.”²³

Adornar, alegorizar o trabalho e revesti-lo em um cotidiano quase insuperável, a atividade profissional confunde-se com a sociedade e sua relação coisificada. A luta diária da jornada de trabalho é o dragão da maldade que ressurgue tal qual o fenômeno da fênix desejando combater sua consciência que trata da realidade indomável submissa ao capital em meio à conturbação social que o coloca como uma sonda na extração da mercadoria-notícia, e, todo dia o jornalista veste a fantasia e não toma conhecimento de que é ele próprio objeto produzindo para o mercado que se refaz inesgotável, perante os fatos concretos do real que não lhe pertence. A posse de meios



de comunicação possibilita a barganha política e o controle da sociedade, contexto no qual a atividade profissional, nesta disputa de relação de poder entre os grupos que se alternam na administração do Estado, vem se degradando:

[...] a Paraíba tem amargado, particularmente, um tipo de jornalismo sórdido e dirigido sempre num sentido escuso, visando proteger interesses subalternos, através de práticas iníquas embasadas na bajulação desmedida e no mais abjeto servilismo. Menos que os instrumentos desses processos, que aviltam a atividade profissional, nos jornais e nas rádios, a responsabilidade deve ser creditada aos últimos Governos, sob cuja proteção, se multiplicaram as concessões de rádios e televisões, cuja disputa se transformou, na época, num verdadeiro balcão dos interesses mais inconfessáveis. Esse quadro se agravou, a partir do Governo do Sr. Tarcísio Burity e foi acentuado, da forma mais despudorada, nos Governos dos Srs. Wilson Braga, no segundo Governo do Sr. Tarcísio Burity e, posteriormente na administração do então governador Ronaldo Cunha Lima.²⁴

A degradação da prática jornalística é o reflexo que espelha as relações sociais em nossa sociedade. Ela é resultado da forma como a cultura política vem sendo exercida nas relações de poder com a imprensa:

O jornalismo antes de definir o seu compromisso com a informação, com a notícia, firmou contrato com um saber, no caso do Brasil, era represado nas mãos de uns poucos bacharéis, ou nas escolas das elites, mas que teria que chegar às ruas mesmo mutilado, maquiado para atender determinados interesses.²⁵

A notícia não serve apenas informar os fatos a sociedade, ela serve também para alinhar o leitor aos interesses ideológicos da classe e/ou segmento da classe hegemônica no bloco de poder que tem a imprensa como um veículo a seu serviço, ironicamente, trabalho realizado na maioria das vezes por indivíduos que não pertence à classe dominante. Daí, quando algum jornalista toma consciência de seu pensamento e do seu ser, toma conhecimento da sua realidade de trabalhador que faz de suas convicções e experiências uma mercadoria, para sobrevivência material, vez por outra, para sobreviver à asfixia moral, como um mecanismo psíquico, relaciona a prática de seu trabalho com a prostituição²⁶, essa realidade escapa como um subtexto à superfície do texto jornalístico, como na matéria acerca da inclusão da orla pessoense na rota do turismo sexual:



Repórter – Olha, sei que você perdeu seu tempo, poderia até ter faturado uns setentinha durante o nosso papo, fique à vontade...

- Uma vez me disseram que o trabalho de vocês, repórteres, é parecido com o nosso. Não foi nada não. Dá para pagar uma carteira de Carlton???²⁷

A homologia na comparação entre as profissões exerce um fascínio que padroniza o imaginário pelo consumo dos indivíduos que realiza o trabalho da satisfação dos desejos dos clientes pelo valor de uso do dinheiro: o gozo ideológico, no caso do jornalista, e o gozo pelo uso do corpo, no caso da prostituta. Até mesmo quando se busca elogiar o jornalista exerce o ofício com ética, o inconsciente político não falha no ato, como na opinião de Sérgio Bátholo, diretor de redação do *Diário do Amazonas*:

Jornalistas responsáveis, felizmente, são como as prostitutas, atacados por quem tem algo errado a esconder, apedrejados, caluniados. Mas no fim todos são obrigados a reconhecer que ambos, jornalistas e prostitutas, prestam um serviço imprescindível à sociedade. E, como as prostitutas que comprem a ética profissional, os jornalistas podem até vender o corpo, alma nunca.²⁸

As semelhanças existem, e na opinião de alguns esclarecidos, são profissões que para existir não carecem de regulamentação, apenas do mercado, das ruas e dos segredos que prometem guardar as consciências tranquilas, para no dia seguinte continuar fazendo o que sabem fazer: vende-se como força de trabalho numa realidade que não lhes é favorável.

Conclusões

O jornalista para suportar a realidade opressiva do mundo do trabalho e suas relações de poder político-econômicas, a liberdade de expressão se manifesta através de resoluções imaginárias que visam as contradições que vive no mundo social, deixando o real intocável, torna-se, por excelência, no sujeito do inconsciente político, por transfigurar-se, como necessidade, na moral simbólica da sociedade.

Referências

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.63p.

GALVÃO, Walter. **É provocando que a gente se entender**. João Pessoa: Folhetim Libertino: edição do autor, 1987.61p.



GOLDMANN, Lucien. A Reificação. In: **Dialética e cultura**. Tradução: Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 107-152pp.

JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p. 15.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. Tradução de Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, p.402.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. Tradução: Telma Costa. Porto: Escorpião, 1974.378p.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da Segunda natureza. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1989.188p.

ORTEGA, Félix. HUMANES, Maria Luisa. **Algo más que periodistas**: sociologia de una profesión. Barcelona: Editorial Ariel, 2000.233p.

Periódicos

CONY, Carlos Heitor. Reflexões sobre o duro ofício do jornalismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 jun.2001. Ilustrada. p12.

COSTA, Antônio. NORONHA, Emmanuel. Giovanni aponta novo rumo para *A União*: Coordenador de Comunicação Social destaca o compromisso com a verdade. *A União*. João Pessoa, 02 fev. 1997. Jornal de Domingo. p3.

GALVÃO, Walter. Capital na rota do turismo sexual. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 15 out.1995. Geral. p.4.

GUIMARÃES, Lena. LUNA, Hermes. Giovanni dita mandamentos da notícia: ele ensina secretário a dar entrevista sem se arrepender no dia seguinte. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 12 jan.1997. Nacional. p.6.

GUIMARÃES, Lena. Jornal é como uma fábrica. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 11 jan.2004. Era de Ouro. p.1-3.

JOSÉ, Ademilson. A semana em que Lúcia, Cícero e a imprensa ficaram se debatendo. *O Norte*. João Pessoa, 03 nov.1996. Especial. p.23.

NOGUEIRA, Jãmarri. Produzindo jornal: repórter luta com o dragão da notícia. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 05 ago.1997. Especial. p.1.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Professor do Departamento de Comunicação e Turismo da UFPB. Doutor em Ciências Sociais pela UFRN.

³ JAMESON, Fredric. **O inconsciente político**: a narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p. 15.

⁴ *Ibidem*, p.18.

⁵ *Ibidem*, p.9.

⁶ *Ibidem*, p.13.

⁷ *Ibidem*, p.31.

⁸ *Ibidem*, p.68.

⁹ ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.p. 145.

¹⁰ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político*: a narrativa como ato socialmente simbólico. Tradução de Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Ática, 1992. p.70.

¹¹ *Ibidem*, p.72.

¹² GREIMAS, A. J. O jogo das restrições semióticas. In: *Sobre o sentido*: ensaios de semiótica. Tradução de Ana Cristina Cruz Cezar | e outros |. Petrópolis: Vozes, 1975. pp.126-143.



¹³ JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Tradução de Valter Lellis Siqueira São Paulo: Ática, 1992. p.43.

¹⁴ *Ibidem*, p.44.

¹⁵ *Ibidem*, p.18.

¹⁶ FARIAS, Wellington. Os jornalistas e os políticos. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 27 jan.2010. Opinião, p.3.

¹⁷ LEARTH, Tatiana. Paixão pelo trabalho une as gerações. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 05 ago.1997. Especial, p.3

¹⁸ Geovanni Meireles em depoimento a Jorge Rezende e Nara Valusca In: **Imprensa de cada um: 15 anos depois**. João Pessoa: UFPB, 1996. p.37.

¹⁹ NOGUEIRA, Jãmarri. Produzindo jornal: repórter luta com o dragão da notícia. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 12 jan 1997. Nacional. p.8.

²⁰ Como o título da entrevista do Coordenador de Comunicação Social concedida aos jornalistas Antonio Costa e Emmanuel Noronha: “Giovanni aponta novo rumo para *A União*: coordenador de Comunicação Social destaca o compromisso com a verdade.” *A União*, João Pessoa, 02 fev 1997. Jornal de Domingo. p.3.

²¹ Walter Galvão. É provocando que a gente se entende. João Pessoa: Folhetim Libertino, 1987. p.53.

²² Hamilton Octavio Souza em prefácio ao ensaio de Perseu Abramo, **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p.19.

²³ Produzindo o Jornal: repórter luta com o dragão da notícia. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 05. Ago.1995. Especial. p.2.

²⁴ CARVALHO, João Manoel de. Governos e tolerâncias. *O Norte*. João Pessoa, 06 set. 1996. Política. p.6.

²⁵ Walter Galvão. É provocando que a gente se entende. João Pessoa: Folhetim Libertino, 1987. p.53

²⁶ Como na justificativa de um publicitário paraibano: “Nem sou jornalista; sou publicitário. Trabalho para quem me paga. Seja quem for”. Ninguém gostou. Sou um “Ahhh!, que papo é esse!” E ninguém aceitara também a brusca saída da velha profissão. “Não, Arcela, você também é jornalista.” Ademilson José em A semana em que Lúcia, Cícero e a imprensa ficaram se debatendo. *O Norte*, João Pessoa, 03 de novembro de 1996.

²⁷ GALVÃO, Walter. Capital na rota do turismo sexual. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, 15 out.1995. Geral. p.4.

²⁸ BARTHOLO, Sérgio. Dez pensatas sobre o jornalismo. *Imprensa*. Jornalismo e comunicação. Nº 255. Ano 23. São Paulo, abr 2010.